

PRÁTICAS DE ENSINO DE MÚSICA NO CONTEXTO PRISIONAL: ANÁLISE COMPARATIVA DE ESTUDOS DE CASOS¹

Music teaching practices in the prison environment: a comparative analysis of case studies

MOTIN, Felipe Gabriel², & LEONIDO, Levi³

Resumo

A presente pesquisa pretende compreender o impacto das práticas de educação musical e sua relação com os aspetos intrínsecos e periféricos ao sistema prisional, por meio da análise comparativa de três estudos de casos já realizados por outros autores. Inicialmente, discute-se conceitos que permeiam a educação musical e projetos sociais no Brasil; também, apresenta-se dados referentes ao desenvolvimento de pesquisas em educação no meio prisional, objetivando introduzir e complementar este estudo. A metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que abrange duas pesquisas e um projeto realizados em três unidades penais nos estados: Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Paraná. Após breve exposição dos estudos, analisa-se tópicos que abrangem: o cenário, objetivos, caminhos metodológicos e resultados alcançados. Comparando e discutindo os pontos em comuns, contrários e as características em maior evidência, pretende-se tecer um panorama dos projetos e pesquisas em educação musical em unidades penais no Brasil.

Abstract

The present research intends to understand the impact of musical education practices and its relationship with the intrinsic and peripheral aspects of the prison system, through the comparative analysis of three case studies already performed by other authors. Initially, concepts that permeate music education and social projects in Brazil are discussed; also, it presents data regarding the development of research in education in the prison environment, aiming to introduce and complement this study. The methodology used is a bibliographic research, which includes two surveys and a project carried out in three criminal units in the states: Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte and Paraná. After a brief presentation of the studies, topics that cover: the scenario, objectives, methodological paths and results are analyzed. Comparing and discussing the points in common, opposites and characteristics in greater evidence, we intend to weave a panorama of the projects and researches in musical education in penal units in Brazil.

Palavras-chave: *Educação musica; Contexto prisional; Inserção social.*

Key-words: *Music education; Prison context; Social insertion.*

Data de submissão: junho de 2018 | **Data de aceitação:** março de 2019.

¹ Investigação / publicação decorrente da comunicação apresentada no II Simpósio Internacional de Investigação em Arte “Arte & Inclusão”: 19 e 20 de abril de 2017 (Vila Real, Amarante e Lamego).

² FELIPE GABRIEL MOTIN - Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, BRASIL. E-mail: gabriel_motin@yahoo.com.br

³ LEVI LEONIDO FERNANDES DA SILVA – UTAD | CITAR - Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias das Artes – Universidade Católica Portuguesa. PORTUGAL. E-mail: levileon@utad.pt

INTRODUÇÃO

O grande protagonista da inserção da música em projetos sociais, origina-se a partir da sociedade civil, configurando o que chamamos de terceiro setor, “não governamental” ou “sem fins lucrativos”; conforme afirma Kleber (2014, p. 24), “o terceiro setor tem se apresentado como a dimensão da sociedade em que proliferam os movimentos sociais organizados, ONGs e projetos sociais onde se observa uma significativa oferta de práticas musicais (...)”. Este, que presume a noção de um primeiro setor, concebido pelo Estado; e um segundo, iniciativa privada, que também desempenham, neste aspeto, papéis significativos para o desenvolvimento social.

Um dos grandes desafios dos tempos atuais encontra-se na interlocução entre os três setores e, nesta perspectiva, divergentes opiniões se contrapõem principalmente no que tange à noção de direitos, que perpassam a necessidade de políticas públicas e uma participação efetiva do Estado pois, a sociedade civil por vezes opera aliada ao Estado e ao mercado, como também se comporta de forma autônoma e em oposição.

Observa-se o desenvolvimento homogêneo do Terceiro Setor em todo o mundo, e o aumento no número de instituições, que têm seu auge a partir da década de 70 e 80. No Brasil compreende-se um movimento da sociedade civil, em tempos bem anteriores, tendo seus princípios arraigados na filantropia e na caridade religiosa, desde o século XVI. O Estado, neste período, tinha participação mínima nas questões sociais, o que forçou nos três posteriores séculos a criação de novas organizações, que tinham como foco às comunidades carentes que ficavam à margem de políticas sociais básicas.

O surgimento das ONGs, na década de 70, fruto da resistência à ditadura militar é um marco na edificação do terceiro setor no Brasil, pois amplificou-se a ideia de ética cidadã em sua práxis, e abriram-se portas para os recursos internacionais, conforme sustenta Kleber (2014, p. 24) “a participação dessas organizações como intermediárias de projetos em países em desenvolvimento foi uma das primeiras formas de canalização de recursos internacionais para países em situação de pobreza”. Com o passar do tempo, tornou-se criterioso o repasse de recursos, o que estimulou a busca de alternativas para estratégias de captação de recursos para subsistência, fato que profissionalizou a configuração da gestão das ONGs, como apregoa Kleber (2014, p. 25):

Assim, multiplicaram-se as iniciativas comunitárias e ampliaram-se as necessidades de recursos e competências necessárias para a gestão dessa nova configuração que possui dimensões de ordem social, jurídica, econômica, cultural, e sobretudo, ética. O Terceiro Setor vislumbra realidades que requerem novos mecanismos e procedimentos estratégicos bem como formas alternativas de acompanhamento para enfrentar o desafio de qualificar e expandir seus objetivos e suas ações para uma real melhora da qualidade de vida de seu público-alvo.

Com a Constituição de 1988, as políticas de promoção social foram descentralizadas e oficializou-se o serviço prestado pelas Organizações civis, tornando-se também espaços de controle. Com as grandes transformações políticas, econômicas e culturais, na década de 90, as ONGs buscaram uma articulação entre elas, no que tange à projeção mediática e impacto social mais amplo, atraindo fortemente o empresariado para o terceiro setor.

No fim da década de 90, conforme afirma Souza (2014, p. 12), a educação musical passa a integrar de forma mais ampla os espaços de ONGs e projetos sociais. A autora segue afirmando que a promoção da música em diversos contextos, como prática não formal está fundamentada em Kramer (1995) que defende que “a educação musical ocorre em vários lugares, ou seja, vai além dos espaços escolares”.

Nesses múltiplos espaços surgem novas demandas para coordenadores e educadores que utilizam a música como prática de ensino visando a transformação social, conforme Souza (2014 p. 12):

(...) os aspectos sociais do Brasil configuram desafios para educação musical que referem-se a dimensões epistemológicas e político-sociais da prática da educação musical, em que o compromisso científico-social e a avaliação do seu impacto são aspectos importantes para sua consolidação.

Souza (2014) segue afirmando que as dimensões intrínsecas ao processo de ensino nesses espaços conformam impactos metodológicos, considerando que os mediadores e agentes de conhecimento envolvem-se amplamente com a prática musical, esta que passa a ser compreendida também como prática social que acaba por atrelar-se ao cotidiano, quando está sensível às relações, movimentos e interações presentes no atuar e fazer sócio musical.

Com a inserção da música em contextos sociais não formais, como projetos de música em ONGs, a educação musical se faz ampla e complexa, podendo abranger diferentes públicos, assim como amparar-se em diversas áreas.

Neste sentido, se faz necessário compreender os objetivos de cada projeto para elaborar o tipo de intervenção que ocorrerá no meio; “frequentemente, o educador musical encontrará uma linha tênue entre educação musical, educação social, pedagogia, educação comunitária e musicoterapia”, conforme assegura Souza (2014, p. 16).

Os vários tipos de projetos sociais, voltados para distintos públicos – como crianças, jovens, adultos, idosos -, para os diversos interesses políticos e para os diferentes objetivos de aprendizagem e de transformação social, fazem com que esses projetos se alojem em diversos campos do conhecimento. Se isso traz a necessidade de discutir sobre a distinção entre os conceitos de inclusão, participação, entre outros, para uma maior clareza das finalidades de cada projeto, por outro lado é necessário estar atento a políticas e definições de campos que se aproximam em seus objetivos, como musicoterapia, educação social e psicologia comunitária.

Portanto, nesta multiplicidade presente no contexto social e na transdisciplinaridade dos projetos, o educador musical descobre que a música não é apenas um fim, mas também o meio para o enfrentamento de inúmeros desafios presentes no cotidiano dos que estão em situação de vulnerabilidade, risco social ou exclusão.

Os contextos sociais onde se realizam projetos de educação musical, apresentam, frequentemente, problemáticas que impulsionam o educador ou mediador do processo de aprendizagem a desenvolver um olhar sensível a individualidade de cada educando, assim como às diversas possibilidades que a música pode desempenhar nesses espaços, pois a música nesses ambientes, potencializa sua característica multidimensional e torna-se uma rica experiência de construção de saberes. Conforme afirma Souza (2014, p. 21):

(...) consideramos também que o conhecimento musical é multidimensional, como tal requer experiências em todas as dimensões. Trabalhar com a música em projetos sociais significa pensar nas condições de cada um dos participantes, nas necessidades e problemas individuais. Devem-se oferecer às sujeitas oportunidades de engajamento em seus processos de aprendizagem, para que possam se envolver e ter o sentimento de «eu posso».

As questões sociais presentes nos ambientes de exclusão precisam ser ampliadas, vistas através de uma ótica que observa a desigualdade social num especto complexo, onde os excluídos não são apenas um grupo homogêneo, conforme assegura Castel (2006, p.63):

Os «excluídos» não constituem, propriamente, um grupo homogêneo. São mais precisamente conjuntos de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias e moradia, grande exposição a todos os riscos da existência, etc.

Os entraves teóricos acerca dos conceitos de exclusão podem gerar dificuldades para os que estão diretamente desenvolvendo projetos sociais quando se faz necessário compreender tanto o contexto de atuação, quanto os objetivos do projeto, pois normalmente, os ambientes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, frequentemente descortinam perversas exclusões.

O conceito de exclusão mais atual, embasado pela sociologia francesa, fundamentado acima por Castel (2006), passou por longo caminho para ser entendido desta forma. Houve vários motivos que levaram a outras interpretações e estas estão ligadas a três fatores principais: origem positivista que permeia o termo, a utilização do termo pela academia, numa noção de luta de classes e, por fim, a confusão metodológica presente entre exclusão e classe social conforme afirma Bonetti (2006, pp. 189-190):

(...) o percurso da noção da exclusão social passou por uma trajetória histórica tortuosa, motivada por vários fatores. Em primeiro lugar, em decorrência da origem positivista da noção da exclusão social, cujo método da busca da compreensão da realidade social privilegia o olhar dual e estático das relações sociais. Assim, excluídas seriam as pessoas que estivessem fora do social, como os leprosos, os marginais, os doentes mentais, etc. (...). Em segundo lugar, a própria origem positivista da noção de exclusão criou entraves para emprego desta noção na academia, (...). Em terceiro lugar, a trajetória histórica desta noção determinou o aparecimento de uma confusão metodológica a partir do entendimento de que a noção da exclusão social se constituísse de uma categoria de análise, assim como o de classe social. A partir de tal entendimento, seria incompatível falar ao mesmo tempo de classe e de exclusão social.

A noção acerca da exclusão se faz necessária, sobretudo, para suscitar algo próprio da educação musical em projetos sociais, a inclusão. O termo inclusão permeia, também inúmeros aspectos e se faz utilizado em diversas áreas do conhecimento, como também é frequentemente utilizado como objetivo final de programas que buscam a transformação social ou justiça social.

Entretanto, adverte-se que a noção de inclusão em maior grau que a de exclusão, abarca difíceis compreensões acerca de sua aceção. Pois além de estar diretamente ligada á exclusão e todos seus significados por vezes contraditórios, conforme afirma Bonetti (2006), não compreende diretamente um conceito, pois refere-se a uma positivação de uma problemática social, a exclusão, tornando-se mais um discurso que um conceito.

A cidadania, um conceito que se faz presente nos objetivos de muitos projetos e planos de ação nos três setores, dá origem a positivação da inclusão pois considera cidadão aquele que está incluído, ou que usufrui dos direitos constitucionais, faz parte da sociedade de direitos, Estado (sociedade contratual). Este conceito foi construído a partir da lógica das grandes problemáticas sociais que surgiram na sociedade industrial e com a urbanização, onde se observou a dependência da sociedade civil das políticas sociais do Estado.

O papel da educação musical nesses contextos de exclusão, tendo em vista que o tipo de inclusão que se objetiva não parte desse pressuposto burocrático, ou de uma ação que positiva a exclusão, mas anseia por promover em realidades em que questões sociais complexas estão no cotidiano das pessoas, o acesso a um bem simbólico que pode promover autonomia por meio da educação: a cultura.

Souza (2014, p.18), afirma que o termo inclusão, para educação musical considera proporcionar a música para todos, de forma democrática, e seu fim está além das competências que podem, porventura, ser desenvolvidas, mas está concentrado no motivo para aprender música, onde o sentido das experiências tem mais importância, se levar em conta o modo com que este processo se dará. Portanto, para a autora, a educação musical num ambiente de inclusão social não tem um fim em si mesma, ou não está no centro do processo, pois parte dos sujeitos em suas condições pessoais e sociais, conforme afirma Wikkell (1998, p. 10):

dessa forma a música se torna um meio (medium), um canal de comunicação pelo qual as pessoas podem ser alcançadas, atingidas, compreendidas e apoiadas. A música se torna subalterna aos objetivos do trabalho social, sem ter que, no entanto, sem abrir mão de sua independência e dinâmica como fenômeno de expressão artística.

Pensar o ensino musical tendo como objetivo de uma transformação social, conjetura três aspetos muito importantes.

Primeiramente, a aceitação das dificuldades de cada educando em seu espaço individual de construção do conhecimento; também, vale ressaltar as ricas contribuições que este indivíduo pode trazer para o espaço coletivo, somado a grandeza cultural intrínseca ao contexto. Por isso a didática deve ser pensada a partir do meio onde o processo de ensino se integra à comunidade, promovendo por fim a inclusão, assim como reforça Souza (2014, p. 21):

pensar na didática musical em projetos sociais significa levar em conta os fatores que contribuem para a inclusão dos alunos no grupo, como metodologias, conteúdos, repertório e ambiente. Embora não padronizadas, as propostas didáticas devem garantir igualdade, acessibilidade, envolvimento e processos de aprendizagem musical que incluam o outro, a comunidade.

Uma das características importantes e que deve estar presente na didática exercida em projetos sociais, contempla o âmbito do trabalho de fortalecimento do grupo, que por sua vez consolida o sentido de pertença do educando ao projeto e promove a interação para a promoção do aprendizado em grupo, que revela nestes espaços, uma das mais ricas ferramentas, capazes de contribuir para desfazer complexas situações de exclusão impetradas em contextos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Portanto, o acolhimento e estabelecimento de vínculos são fundamentais para a inclusão, cerne do processo de ensino/aprendizagem gerado nos projetos sociais, conforme advoga Souza (2014, p. 21):

As experiências em grupo deverão colaborar para a construção do social, das interações e do acolhimento que estabelecem vínculos e promovem o cuidado. Para crianças e adolescentes que são traumatizados, que não têm família ou que não tiveram uma boa socialização primária, a socialização secundária por meio da música pode contribuir para uma reconstrução do tecido social. (...) O envolver contém aspectos sociais, físicos, educacionais, didáticos e psicológicos conectados com inclusão e integração”.

Neste sentido, olhando para um ambiente de formação a música contribuí em muitas possibilidades; entretanto, questiona-se como estas mesmas práticas de educação musical ecoam num contexto de privação de liberdade? Quais as perspectivas e caminhos que a música pode abrir para os que estão em reclusão?

Sérgio Adorno (1991), trata a privação da liberdade como fruto da “socialização incompleta”, ou seja, uma falência das instâncias tradicionais de socialização da infância e adolescência brasileira. Falharam a religião, a família, a escola, a comunidade, o mercado de trabalho e a sociedade em geral.

A partir da constatação de Souza, em que onde a música torna-se uma oportunidade e um meio para a reconstrução do tecido social, que surge a esperança da prática musical como proposta para o desenvolvimento humano, atuando como fonte de reconhecimento de potencialidades, fortalecimento da autonomia e promoção social, para gerar, neste panorama, ferramentas para o enfrentamento da exclusão e da desigualdade, por meio da inclusão social.

Nas últimas décadas, tem aumentado, em diversas áreas do conhecimento, as pesquisas realizadas no contexto prisional; as universidades e pesquisadores têm cada vez mais se debruçado sobre esse ambiente, onde se faz necessário um olhar que ajude a sociedade a compreender a problemática do encarceramento.

No âmbito da educação, a produção acadêmica, conforme afirma Zanetti e Junior (2014, p. 33), tem se ampliado em nível nacional e internacional na medida em que diversos setores da sociedade civil, judiciário, entidades de defesa de direitos mobilizaram esforços para que políticas públicas e estudos fossem viabilizados em unidades prisionais.

Concomitantemente com este crescimento das pesquisas acadêmicas a partir dos anos 2000, percebe-se um “superencarceramento” como apontam dados do INFOPEN⁴ (2014, p. 18) em que o Brasil coloca-se entre os países com maior número de presos por 100 mil habitantes do mundo, sendo que o crescimento da população carcerária entre os anos de 2000 e 2014 chega a 167,32%.

Junto a isso, o grande problema da reincidência ao meio prisional, segundo os dados do relatório de reincidência criminal no Brasil, IPEA⁵ (2015, p. 15), gira em torno de 70%. Portanto, faz-se necessário pensar em alternativas que oportunizem múltiplas modalidades de inserção social promovidas pela profissionalização e principalmente pela educação. Neste sentido, “uma educação que contribua para a restauração da autoestima e para a reintegração posterior do indivíduo à sociedade (...)” conforme afirma Teixeira (2007 p. 19), faz-se protagonista para indicar caminhos para o processo de inserção social destes que se encontram detidos em unidades prisionais em que, segundo os dados do INFOPEN (2014, p. 46), apenas 9,54% da população concluiu o ensino médio e 75,08% o ensino fundamental.

⁴ Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.

⁵ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

A partir disto crescem a discussão e as perguntas acerca do sentido da prisão e do papel da academia neste cenário, conforme afirma Langner, Franco, Oliveira e Arns (2014, p. 2):

Cadeias superlotadas, condições insalubres, desumanizadas, doenças, fugas e rebeliões, violência e mortes, desemprego, fome, injustiça social, são notícias que acompanhamos pelos jornais frequentemente. Qual o papel da academia frente à complexidade de nossa realidade social? Quais são os grupos sociais que compõem o nosso espectro social? Quem são os ditos marginalizados, excluídos, as pessoas ditas no cotidiano, perigosas para a sociedade? Como compreender os interesses intrínsecos de uma sociedade, que procura manter o preso em localidades afastadas o suficiente para garantir uma aparente margem de segurança? (...).

De acordo com Zanetti e Junior (2014, p. 34), após levantamento realizado no banco de pesquisas da CAPES, no Brasil, foram publicadas 107 teses sobre o meio prisional; dessas 46% foram produzidas entre os anos de 2009 e 2012, e apenas 12% entre 2000 e 2002. As pesquisas relacionadas à educação em prisões, incluindo também as que estão ligadas ao direito à educação em prisões, políticas educacionais e também, trabalhos que discursam sobre a tarefa de educar no meio prisional, em que apresentam-se metodologias de ensino em determinadas áreas do conhecimento, estão divididas nas seguintes áreas de acordo com Zanetti e Junior (2014, p. 35):

(...) 70 dessas produções foram defendidas na área de Educação, oito na área de Letras, outras seis na Sociologia, cinco na Psicologia, quatro no Direito e outras três em Políticas públicas. Algumas outras se espalham pelas áreas de Serviço Social, Engenharia, Educação Física e áreas específicas relacionadas ao conhecimento matemático-científico.

Neste sentido, vislumbra-se um cenário esperançoso, no que se refere à inserção da academia e da sociedade neste contexto. Constatamos que o motivo que leva muitas pesquisas e projetos a atuar cada vez mais neste ambiente, não está ligado apenas aos números alarmantes e crescentes de encarceramento, mas também, a lógica de que estes que são vistos atrás das grades hoje, logo estarão em liberdade; e que caminhos serão apontados para que não voltem a cometer crimes? Percebe-se que a sociedade tem se despertado e visto que o Estado não é o único responsável pela inserção social das pessoas privadas de liberdade. Sem a participação da sociedade civil, das Organizações não governamentais, do empresariado e principalmente da Universidade, enfim desta força conjunta, será difícil enfrentar o superencarceramento e a alta taxa de reincidência.

1. METODOLOGIA

A abordagem metodológica escolhida para esta pesquisa trata-se da pesquisa bibliográfica, que tem como base a utilização de artigos e práticas documentadas no meio científico, como estudo de casos e teses, conforme afirma Severino (2016, p. 131):

A Pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir da contribuição dos autores dos estudos analíticos constantes nos textos.

A partir dessa escolha metodológica, foram selecionados três estudos de casos diferentes com o objetivo de realizar uma análise comparativa entre eles. O primeiro trata-se de uma dissertação de mestrado, cujo tema compreende as relações entre a professora de música e os alunos-presidiários: um estudo de caso etnográfico realizada em Santa Maria – RS; o segundo estudo refere-se à uma monografia com o tema, O som que liberta: ressocialização de apenados através do ensino de violão na penitenciária Doutor Francisco Nogueira Fernandes desenvolvida na cidade de Alcaçus – RN; a terceira compreende o relato de um Projeto de Música, concebido em Cascavel – PR, com o título: A música como instrumento de reinserção sociocultural e humanização da pena na Penitenciária Industrial de Cascavel.

Estas pesquisas foram escolhidas pois promovem relatos de experiências e práticas musicais no contexto prisional em diferentes regiões do Brasil. Para a análise comparativa foram elaboradas categorias constituídas da seguinte forma: a percepção do cenário; o público que a pesquisa e projeto abrangeu; a infraestrutura disponível para a realização das práticas musicais; a metodologia utilizada tanto durante a pesquisa, como no projeto, os objetivos traçados, tanto na pesquisa como nas aulas de música; e por fim os resultados alcançados em cada estudo.

A partir dos dados acerca das questões proeminentes observadas em cada estudo, pretende-se apontar pontos em comum e pontos contrários das categorias analisadas nos três estudos.

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

2.1. Análise comparativa dos cenários

O primeiro item configura-se em perceber as diferenças de cada espaço onde foi realizada a pesquisa, para que dessa forma diferenciem-se os desafios e potencialidades para atividades de cunho musical.

Nos três contextos, mesmo realizados em Unidades prisionais de regime fechado e masculinas, exibem estruturas organizacionais e cenários diferentes. O sistema prisional, ainda estando integrado à Secretarias que unificam a regulamentação de Leis e diretrizes, apresentam peculiaridades no que se refere à características da região onde situa-se e a gestão, que tem autonomia de optar ou não por atividades musicais, extracurriculares e afins, de acordo com o quadro de funcionários, estrutura e intemperes como greves e rebeliões.

As três Unidades são de responsabilidade dos Estados onde situam-se, entretanto, apenas no estudo 01 percebe-se a proposta de recorrer à contribuição do sistema educacional, fato que chama atenção para pensar sobre a integração dos setores públicos no sentido das políticas educacionais.

No estudo 03, o agente penitenciário e professor de música, encaminhou requisições para setores superiores, para que tivesse dedicação exclusiva par ao projeto, pedido onde não obteve resposta positiva.

Outro exemplo interessante parte do estudo 02, onde se busca pelo instituto, que aqui representa a sociedade civil. Se faz importante destacar que o agente penitenciário, professor e idealizador do projeto, que articulou a relação com o IMHAP, faz parte do instituto, o que possivelmente facilitou o ingresso de voluntários neste contexto específico.

Outro fator que chama atenção em relação aos três cenários é o critério de escolha dos reclusos que participarão das atividades. Observa-se uma seleção tendo como base o crime cometido e também a preferência por reclusos que apresentem bom comportamento conforme figura 1.



Fig. 1 - Análise comparativa dos cenários - Critérios de escolha.

Observa-se também, na figura 2, o pequeno número de reclusos atendidos dentro das pesquisas e do projeto, o que torna o desafio ainda maior para ampliar a educação musical no contexto prisional.

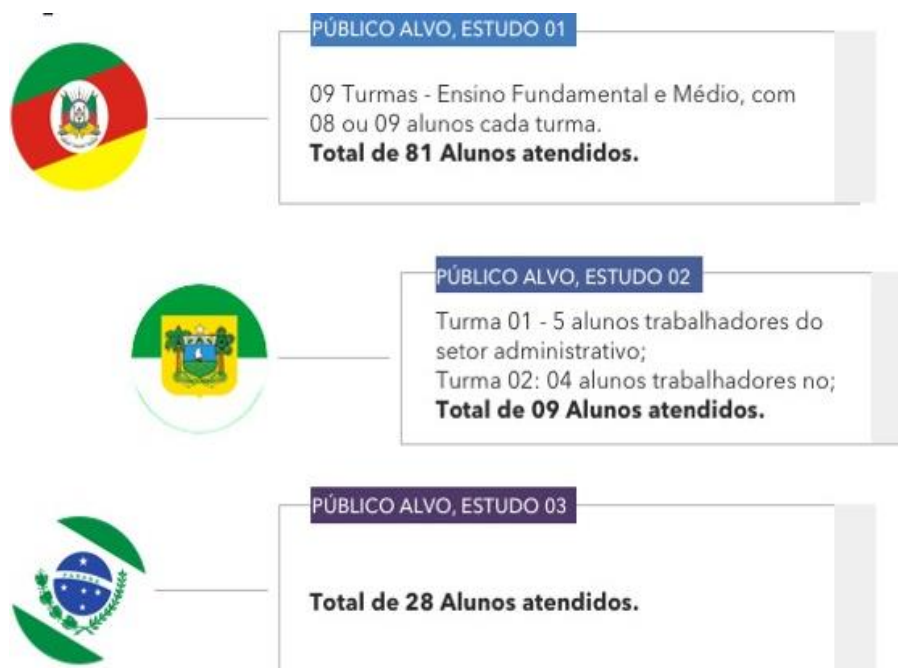


Fig. 2 - Análise comparativa dos cenários – Público atendido.



Fig. N.º 3 - Análise comparativa dos objetivos – Objetivos.

Fica claro, na observação dos objetivos, que todos pretendem melhorar o ambiente prisional, a relação entre os estudantes reclusos e a promoção da inserção social. Neste sentido a música acaba por vezes, sendo o meio neste processo de desenvolvimento humano e musical.

Destaca-se a diferença no aspeto conceitual, no estudo 01. Nota-se que tratou da música como fato social total, tal escolha coordenou e influenciou diretamente as noções de atuação no meio, pois levou em consideração inúmeras questões presentes no cotidiano do sistema prisional. A realidade encontrada pela professora de música, no dia-a-dia com os alunos reclusos, por mais que tivesse contato com a realidade desde 2005, naquele estudo exerceu um movimento diferente por não ser servidora, sendo assim, professora voluntária e pesquisadora. Este ponto se faz relevante, pois demonstra como uma linha conceitual se comporta na projeção de propostas, metodologias e práticas musicais que não objetivaram a profissionalização, conforme a autora esclarece, o fator convívio social e trabalho coletivo torna-se mais relevante dentro do processo. Alguns alunos demonstram, conforme relato das entrevistas, interesse em prosseguir com o estudo musical, mesmo sendo o futuro para eles algo bastante duvidoso, devido a rotulação de um (ex) presidiário. Nos casos 02 e 03, não houveram aspectos conceituais tão expressivos, entretanto, uma análise contextual sobre meio prisional e a experiência dos autores, também agentes penitenciários no desenvolvimento de uma linha metodológica de atuação para a prática musical. Os estudos 02 e 03 ainda se assemelham na concepção de profissionalização no sentido de desenvolver monitores, potencializar talentos e

preparar os reclusos para vida pós-cárcere promovendo assim, a inclusão social. Outro fator importante são as apresentações musicais nas unidades prisionais e em ambientes externos que geram reflexões para sociedade, para que compreendam que o Estado não é o único responsável pelo processo de inserção social dos que estão em privação de liberdade, entretanto, para enfrentar as dificuldades que este contexto apresenta, a sociedade civil, entidades do terceiro setor e poder público, podem trabalhar em conjunto, para encontrar meios que contribuam com as condições dos envolvidos com o ambiente carcerário, e para o desenvolvimento humano dos que estão em reclusão.

Análise comparativa das metodologias e práticas musicais

O estudo 01, a parte da pesquisa trata de uma análise Etnográfica com observação participativa. As práticas musicais são essencialmente atividades em grupo, onde são explanados os seguintes temas: teoria musical, aulas práticas de instrumentos percussivos, escuta ativa de músicas e explanação etnomusicológica das canções. O repertório das práticas em conjunto fundamentou-se na música popular brasileira, sugestões da turma, baseada nas experiências musicais individuais e do grupo.

O estudo 02, tinha como abordagem metodológica concernente à pesquisa, a análise de projetos dentro do contexto prisional. As práticas musicais, realizadas uma vez por semana, conceberam aulas coletivas em grupos de 5 alunos, onde foi trabalhado um conteúdo direcionado à compreensão do violão como instrumento de acompanhamento, aulas práticas e teóricas de violão, sua aplicação nos diversos estilos musicais, técnicas do instrumento, teoria musical, harmonia; o repertório envolveu músicas religiosas do cotidiano dos reclusos e canções folclóricas. O material teórico e didático escolhido foi composto pelo livro: Dicionário de Acordes Cifrados - Harmonia Aplicada à música popular.

No estudo 03, o Projeto oferece aulas de música para um grupo de 28 alunos, ministradas por professores de música. O Projeto tem duração de 12 meses, de segunda à sexta-feira, com duas horas aula diárias, totalizando 40 horas mensais, mais um ensaio e apresentação mensal do grupo musical. No total os participantes realizam 516 horas durante o ano, constituindo-se num curso de capacitação. No planejamento curricular do curso são propostas matérias diversas que abrangem: História da música, História da Música Brasileira, O jazz sua origem e influencia na MPB, Rítmica e Percepção Musical, Prática de Coral e Canto, Prática de Banda e Orquestra.

Cada metodologia abordada pretende atender à realização dos objetivos já expostos, no caso do estudo 01, levando em consideração o aspecto social da música e nos estudos 02 e 03, o desenvolvimento de talentos e profissionalização. Fica claro em todas as opções metodológicas a atividade musical em grupo, mesmo nas turmas heterogêneas. Esta opção metodológica leva a compreender que a música neste espaço se faz um meio importante de socialização, entre pessoas que se encontram reclusas do convívio social, a troca de experiência e a promoção dos saberes e experiências individuais distintas.

3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS

Como resultados presentes no estudo 01, destacam-se em primeiro ponto a apresentação dos desafios presentes na cultura penitenciária para o desenvolvimento da educação musical como: a demora no processo de entrada de materiais, práticas musicais com volume reduzido devido aos regimentos internos de ordem; a infraestrutura inadequada para aulas de música; impossibilidade de aulas de instrumentos como violão pois não pode ser praticado nas celas por medidas de segurança; a mudança nos planos de aula devido as restrições descobertas no processo de ensino; a seleção dos alunos para atividade musical, ambiente que afeta emocionalmente os alunos que os desmotivam para o aprendizado musical; e confiabilidade dos alunos na professora que leciona voluntariamente.

Ainda considerações do estudo 01 sobre os aspectos da aprendizagem musical destacam-se, a importância de se escutar a música e encontrar um repertório que tenha significado para os alunos; o aprendizado em grupo que surti efeito na relação entre os alunos reclusos; a influência da música em todo o ambiente, na medida em que os alunos voltavam às celas e galerias e comentavam sobre as aulas entre si e com os demais. Entre os conhecimentos musicais desenvolvidos no projeto, estão, o conhecimento do nome de diversos instrumentos rítmicos; a execução instrumental; a produção musical; e o desenvolvimento do senso estético musical dos alunos.

No estudo 02, como resultados, evidenciam-se a relação dos presidiários no cotidiano, nos contextos de trabalho, na convivência prisional e familiar; o interesse de alunos em prosseguir com o aprendizado para uma futura carreira na área e a divulgação do trabalho nos meios de comunicação da região. Segundo os dados apresentados no

estudo 03, como resultados⁶ pôde-se observar mudanças na convivência entre os reclusos e os participantes puderam desenvolver o conhecimento de leitura de partitura e prática de instrumentos como teclado, violão, baixo, bateria, trompete, saxofone após em 05 meses de aulas e prática musical em grupo. As três pesquisas apresentam resultados num contexto interno, relacionando o ambiente prisional e o aprendizado dos alunos reclusos, ao bom relacionamento após a prática musical e ao desenvolvimento da socialização entre o grupo.

Percebe-se que o estudo 01 não apresentou particularmente os resultados que ansiava exibir na análise do contexto prisional como um todo, e de como se realizam as atividades musicais dentro deste ambiente. Neste sentido contribui para uma percepção do pesquisador e professor desde a entrada na penitenciária, os desafios e potencialidades que o ambiente apresenta para a promoção do ensino da música. Compreende-se por meio desta análise, que no estudo 02, tanto a pesquisa quanto a prática musical se equivalem no sentido de encontrar respostas para metodologias aplicáveis no meio prisional. No estudo 03, nota-se um resultado estético relevante, no que diz à prática musical da Big Band Pic, fato que pode estar relacionado ao número de aulas, ensaios semanais, que resultam num aprendizado intensivo, processual e em prática constante do instrumento.



Fig. 4 - Análise comparativa dos resultados – Resultados.

⁶ Os resultados podem ser observados por meio de reportagem. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/videos/v/projeto-com-musica-ajuda-a-ressocializar-presos-da-pic-de-cascavel/2210860/>

4. CONCLUSÕES

No decorrer da análise comparativa, surgiram muitos aspectos interessantes, no que se refere à prática educacional no meio prisional e pode-se considerar que o impacto da educação musical neste espaço de privação de liberdade aponta para um caminho que permite olhar duas dimensões diferentes.

Primeiramente, aquela que está diretamente ligada ao meio prisional e sua cultura: os reclusos, os agentes penitenciários, os servidores públicos e professores. Nesta dimensão, o impacto se apresenta na complexidade e dureza presente no cotidiano dos que estão privados de liberdade, assim como, os que os cercam. A mudança no ambiente, descrita em muitos objetivos ou resultados, demonstra a necessidade em construir um novo cenário. A autoestima recuperada por meio das aulas de música, as lembranças e recordações, levam-nos a acreditar num fator até terapêutico da música.

Para além disso, no que se destaca dentro da Educação Musical, em contextos de extrema vulnerabilidade social, a música pode potencializar sua atuação, não sendo apenas uma matéria, disciplina ou atividade extracurricular, mas pode transformar ambientes, renovar esperanças e proporcionar caminhos.

No que concerne à dimensão externa, a música pode ser um meio de promover e dar voz para os que foram cerceados do direito de ir e vir. As apresentações musicais e reportagens dos projetos, mostram um lado que poucas pessoas acreditam, numa sociedade em que a criminalização vem acompanhada por um discurso contundente que apoia asseverar as penas.

Conceber a Educação Musical como fato isolado, no contexto prisional, não levará a promoção da inserção social, entretanto, as práticas de ensino musical devem ser acompanhadas de outras áreas, parcerias e instâncias.

Quanto maiores forem os ecos, que vão desde os presos, os agentes penitenciários, os servidores públicos, até os familiares e organizações do Estado e sociedade civil, maior serão as possibilidades de inserção social para os que estão situação de privação de liberdade. Dessa forma, a Educação Musical em ambiente carcerário pode contribuir na promoção de um processo penal mais humanizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adorno, S. (1991). *A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa.

Brasil (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez, 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília.

Bitto, A. L. (2012). *A música como instrumento de reinserção sociocultural e humanização da pena na Penitenciária Industrial de Cascavel*. Mostra de projetos estratégicos para o desenvolvimento local e alcance dos objetivos de desenvolvimento do milênio.

Fernandes, J. N. (2005). Educação musical de jovens e adultos na escola regular: políticas, práticas e desafios. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, 12, 35-41.

Ick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (J. E. Costa Trad.). (3ª. ed.). Porto Alegre: Artmed.

Julião, E. F. (2011). A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. *INEP*, Brasília, 24 (86), 14-155.

Leonido, L., & Montabes, J. (2010). Artes em meio prisional – Presente e futuro. *ERAS - European Review of Artistic Studies*, 1(1), 53-115.

Medeiros, M. A. S. (2009). *Relações entre a professora de música e alunos-presidiários: Um estudo de caso etnográfico em Santa Maria-RS*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ (2012). *Plano Estadual de educação no sistema prisional do Paraná*, Curitiba.

Pereira, I., & Luz, A. (2014). *O espaço prisional: estudos, pesquisas e reflexões de práticas educativas*. Curitiba: Appris.

Silva, D. R. (2012). *O som que liberta: ressocialização de apenados através do ensino de violão na Penitenciária Doutor Francisco Nogueira Fernandes (Alcaçuz)*. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Souza, J. (2014). *Música, educação e projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Swanwick, K. (2014). *Música, mente e educação*. (M. S. Steuernagel, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Teixeira, J. C. (2007). *O papel da educação como programa de reinserção social, para jovens e adultos privados de liberdade. Perspectiva e avanços*. Salto Para o Futuro-TV Escola.